



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4346 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO CONJUNTA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA URBANA (CEDECONDH) E DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE (COSMAM), DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 11/07/2023

Aos onze dias do mês de julho do ano dois mil e vinte e três, às dez horas e onze minutos, reuniram-se, no Plenário Ana Terra, neste Legislativo, as Comissões acima mencionadas, conforme o disposto no art. 50 do Regimento, com a presença dos vereadores Conselheiro Marcelo, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes e Pedro Ruas, todos integrando a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (Cedecondh); e José Freitas, Aldacir Oliboni, Cláudia Araújo, Lourdes Sprenger, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino, todos integrando a Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam). Também esteve presente na reunião o vereador Jonas Reis. A seguir, o vereador José Freitas assumiu a Presidência dos trabalhos, conforme o disposto no art. 34, § 3º, do Regimento. Constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, e prestou esclarecimentos sobre a presente Reunião, destinada a debater a Atual Situação do Instituto de Cardiologia. Após, registrou a presença dos senhores Nelson Khalil, presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Comdepa); Gustavo Glotz de Lima, diretor do Instituto de Cardiologia; Fernanda dos Santos Fernandes, diretora da Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde; Julio Cesar Jesien, presidente do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem, Técnicos, Duchistas, Massagistas e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul (Sindisaúde), e Cristiano Silva da Silva, diretor da Associação Gaúcha dos Trabalhadores da Saúde (AGTS). Na sequência, o senhor Presidente passou a palavra ao proponente da pauta, vereador Alvoni Medina, o qual contextualizou o tema, informando que as dificuldades financeiras pelas quais o Instituto de Cardiologia passa vêm acarretando limitação da sua capacidade de atendimento, o que já foi objeto de reuniões anteriores com a Prefeitura Municipal, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e a Secretaria Estadual de Saúde (SES). A seguir, a vereadora Cláudia Araújo relatou ter recebido representantes do Instituto em seu gabinete para discutir o assunto e apontou que um dos problemas principais é a redução da Tabela SUS (Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde), que está efetuando pagamentos menores pelos procedimentos executados. Também observou que há déficit com credores e dificuldade de pagamento aos funcionários. Por fim, ressaltou que a

solução é a revisão da Tabela SUS, mas que essa é uma questão a ser debatida no âmbito federal e que, sem isso, nada solucionará o problema. Dando continuidade, o vereador Aldacir Oliboni lamentou a ausência de representantes do governo do estado na reunião e questionou a partir de que momento o Instituto de Cardiologia passou a enfrentar essas dificuldades financeiras. Indicou que, ao longo do governo federal anterior, a Tabela SUS não foi atualizada. Lastimou também que o assunto apenas tenha vindo à tona no atual momento, em que já há dificuldades para o pagamento a funcionários, e considerou que emendas parlamentares poderiam funcionar como uma solução paliativa. Após, o vereador Pedro Ruas destacou que o Instituto de Cardiologia é uma referência fundamental como centro de atendimento, pois salva vidas diariamente, realçando a necessidade de solucionar o presente problema. Em prosseguimento, o senhor Nelson Kahlil opinou que o problema do Instituto não é a Tabela SUS e nem a falta de apoio do Estado, mas sim a péssima gestão atual. Chamou atenção para o fato de que a crise atual não permite sequer a compra de marcapassos, sendo a crise mais grave que a instituição já enfrentou. Criticou o fechamento de setor de transplantes e a criação, em seu lugar, de um centro de cirurgias eletivas, bem como a demissão de funcionários sem razão justificada, alguns dos quais com quarenta anos de serviço ao Instituto. Na sequência, o senhor Gustavo Glotz de Lima narrou a história do Instituto de Cardiologia e a sua contribuição à sociedade, informando que a sua administração é efetuada pela Fundação Universitária de Cardiologia, a qual elege o conselho e a direção da instituição. Observou que o número de colaboradores diretos é de cerca de quatro mil, sendo doze mil a quantidade de colaboradores indiretos. Reconheceu tanto que a atual crise é a maior da história da instituição quanto que pode haver problemas de gestão, mas assegurou que há um enorme subfinanciamento do Instituto, inclusive sublinhando que não há recebimento de subvenção para folha de pagamento, diferentemente de outros hospitais. Informou haver um déficit de dez por cento relativo aos custos de internação dos pacientes do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS), que é o segundo maior cliente da instituição. A seguir, demonstrou a evolução do número de internações e cirurgias, apontando a estabilidade dos dados. Afirmou que, durante a pandemia de covid-19, a previsão era de que o Instituto de Cardiologia atuasse como um hospital de retaguarda, mas foi necessária à sua adaptação, com custos próprios, para atividades mais amplas, gerando grande impacto orçamentário. Frisou que o Instituto de Cardiologia é um grande centro de transplantes, possui um desempenho exemplar em cirurgias e o serviço prestado é de alto custo. Enfatizou que os resultados financeiros são alarmantes devido ao subfinanciamento dos seus principais clientes, o SUS e o IPERGS. Também reconheceu que foi necessário efetuar o desligamento de funcionários por razões financeiras e que não há recursos para a compra de marcapassos, o que impede a liberação de quarenta pacientes necessitados desse tipo de implante, pois não sobreviverão sem ele. Nesse sentido, evidenciou que esses quarenta leitos permanecem inacessíveis para novos pacientes. Por fim, observou que o Instituto de Cardiologia representa cerca de setenta por cento do atendimento cardiológico do estado. Na sequência, a senhora Fernanda dos Santos Fernandes expôs que o pagamento pelo implante de marcapassos foi reduzido de trinta e cinco mil reais para quinze mil reais, acentuando que o Instituto é o maior implantador de marcapassos do estado. Também observou que a ministra da Saúde, em passagem por Porto Alegre, comprometeu-se a dar atenção à situação do Instituto. Defendeu que a Câmara

Municipal ofereça apoio político para o encaminhamento da situação, que é complexa. Também realçou que a falta de atendimento do Instituto, inclusive por falta de insumos, está acarretando a sobrecarga de outros hospitais da rede de assistência em saúde. Por fim, apontou que a Prefeitura Municipal não tem condições de encaminhar a situação sozinha, sendo necessária a participação de diversos atores. A seguir, o senhor Julio Cesar Jesien criticou o atraso de pagamento aos funcionários, bem como o não recebimento de crédito do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) há doze meses, entre outros direitos trabalhistas que não têm sido respeitados. Finalizando, também criticou o programa Asssitir, do governo do estado, o qual estaria causando muitos problemas. Dando continuidade, a vereadora Mônica Leal defendeu que seja feita pressão política sobre a SES, cuja ausência na reunião lamentou. Em prosseguimento, o senhor Nelson Kahlil defendeu que a SMS contribua para a solução aumentando o financiamento ao Instituto e também que a Câmara Municipal destine emendas parlamentares à instituição. Após, o senhor Cristiano Silva da Silva manifestou preocupação com os trabalhadores que estão tendo seus direitos desrespeitados e pediu o envolvimento dos três níveis federativos para a solução do problema. O vereador Jonas Reis, por sua vez, criticou a ausência do governo do estado e propôs a criação de uma mesa de debates sobre os hospitais que precisam de financiamento. A seguir, o vereador Aldacir Oliboni sugeriu que, após o recesso parlamentar, fossem reunidos representantes dos três níveis federativos para discutir o assunto, bem como defendeu a recomposição da Tabela SUS. Declarou que as emendas parlamentares possuem alcance limitado e que a solução necessita de maiores valores e reiterou a importância do pagamento aos funcionários. O vereador Alvoní Medina, por sua vez, esclareceu que o governo do estado foi convidado para a reunião, mas que não houve retorno ou confirmação. Após, o vereador Cassiá Carpes propôs que o assunto seja levado à Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa e também sugeriu a destinação de emendas parlamentares de comissões ao Instituto. A seguir, o senhor Gustavo Glotz de Lima ressaltou a importância dos funcionários para o Instituto de Cardiologia e frisou que os diretores da instituição não recebem para exercer essa função. Pediu, ainda, que antes da reestruturação da gestão e das finanças, sejam aportadas emendas parlamentares para contribuir para a subsistência da instituição. Em prosseguimento, a senhora Fernanda dos Santos Fernandes e o senhor Julio Cesar Jesien defenderam a destinação de emendas parlamentares ao Instituto de Cardiologia. Por fim, o vereador Alvoní Medina propôs a realização de nova reunião em data futura para continuar a discussão do tema. Às onze horas e quarenta e oito minutos, nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, vereador José Freitas



Documento assinado eletronicamente por **José Amaro Azevedo de Freitas, Vereador**, em 14/07/2023, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0589700** e o código CRC **77DD8107**.

Referência: Processo nº 004.00007/2023-22

SEI nº 0589700